

ADVERSO

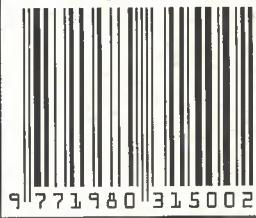
Nº 172 - Novembro de 2009

Impresso
Especial

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS
CORREIOS



ISSN 1980315-X



Como será a aposentadoria das novas gerações que encarnam o espírito do serviço público?

Essa e outras questões foram discutidas durante o Seminário “A Previdência dos Servidores após 2004”. A necessidade de maior engajamento dos professores na batalha que deve ser travada no Congresso Nacional para impedir mais perdas deu o tom ao debate.

**"Que a alegria e a paz
deste Natal
tornem 2010
um ano pleno de
conquistas
e realizações"**

**São os votos da
diretoria da
Adufrgs-Sindical**



Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP 90050-120 Fone/Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br
www.adufrgs.org.br

Presidente - Claudio Scherer
1º Vice-Presidente - José Carlos Freitas Lemos
2º Vice-Presidente - Maria Luiza Ambros von Hollnen
1º Secretária - Daniela Marzola Fialho
2º Secretária - Elizabeth de Carvalho Castro
3º Secretária - Maria Cristina da Silva Martins
1º Tesoureiro - Paulo Artur Kozen Xavier de Mello e Silva
2º Tesoureiro - Maria da Graça Saraiva Marques
3º Tesoureiro - Ana Paula Ravazzolo



Publicação mensal impressa em
papel Reciclado 90 gramas

Tiragem: 5.000 exemplares
Impressão: Comunicação Impressa



ISSN 1980315-X



Editora: Maricélia Pinheiro (MG 05029 JP)
Reportagens: Maricélia Pinheiro, Marco Aurélio Weissheimer
Maurício Boff e Aline Pellegrini (estagiária)
Projeto Gráfico: Eduardo Furasté
Diagramação: Eduardo Furasté e Sílvia Pont (estagiária)

Editorial

A Previdência dos Servidores após 2004: reflexões necessárias

A Adufrgs-Sindical e o Proifes promoveram em 20 de novembro de 2009 um importante seminário intitulado "A Previdência dos Servidores após 2004", que teve como objetivo, além de pensar estratégias de ação para as entidades, ser um momento privilegiado de reflexão e de conhecimento sobre as complexas mudanças que as Reformas da Previdência, de 1998 e de 2004, trouxeram para a vida dos atuais e dos futuros servidores. A primeira e importante constatação é de que a Reforma não vale apenas para os futuros servidores e para aqueles que ingressaram após 2004. A Reforma vale para todos, ativos e aposentados.

Para os ativos, que ingressaram antes de 2004, trouxe uma questão extremamente grave, que é o fim da aposentadoria integral e da paridade para aqueles que tiverem que se aposentar involuntariamente, seja por invalidez, seja pela compulsória. Estes, se não tiverem os requisitos para aposentadoria integral, terão reduções significativas em seus proventos, que além de tudo não mais se vinculam aos rendimentos dos ativos, trazendo uma nova divisão entre os professores, o que já é uma realidade para centenas de colegas de Porto Alegre. Mesmo para os já aposentados a situação não é diferente, pois ainda que a Reforma não tenha mudado suas aposentadorias, trouxe grandes mudanças e redução salarial para as pensões que vierem a ser instituídas após 2004.

Para os que ingressaram após 2004, outro tipo de prejuízo se configura, pois que deles é cobrado os mesmos 11% sobre o bruto que os demais, mas com a garantia certa de que não terão a aposentadoria integral, nem a paridade. Seus proventos serão calculados pela média de seus 80% melhores salários, em um cenário totalmente incerto quando chegar a hora da aposentadoria, e já sabem que seus proventos não terão vinculação com os ativos.

E ainda temos a Reforma que virá, quando o PL1992/07 for aprovado, e o Fundo de pensão para os servidores for instituído, pois que passará a ser a única forma de complementação de renda, na medida em que apenas o teto do RGPS (Regime Geral da Previdência Social) será garantido. Sobre este Fundo muitas questões pairam, e o seminário foi rico neste debate, mas dentre tantas questões a central recaiu na gestão dos recursos, que se anunciam bilionários. Se o PL for aprovado como está, claramente se dará a privatização da Previdência dos servidores, com a transferência para o Mercado Financeiro de enorme soma de recursos, que poderão ou não garantir o futuro das aposentadorias. Ficarão os servidores sujeitos aos humores dos mercados, aos sabores das crises cíclicas que o futuro pode nos reservar.

É neste contexto todo que se inseriu o debate, em uma iniciativa inédita entre nós, transmitido *online* na Internet, para que todos pudessem ver e refletir. Um Sindicato é feito de gente informada e capaz de agir estrategicamente na defesa de seus filiados. Foi isso que a Adufrgs-Sindical e o Proifes-Sindicato propuseram, uma reflexão necessária. Mais do que informar o futuro, foi uma busca para ilustrar o presente, já que este assunto interessa a todos. E mais do que pensar em questões individuais temos que pensar nas coletivas, pois que nossa categoria não será mais a mesma. Não teremos, como já não temos, aposentados com vinculação salarial com os ativos. Todas as negociações salariais para os ativos e antigos aposentados não dizem mais respeito aos novos aposentados. Como agir neste contexto é o desafio do novo sindicalismo, que ou aprende a se mover nessa nova realidade ou desaparecerá.

Diretoria da Adufrgs-Sindical

ÍNDICE

04

SEGURIDADE SOCIAL

PING-PONG

João Vicente Silva Souza

"A Universidade precisa acolher a diversidade que está fora dela"

por Marco Aurélio Weissheimer

05

10

VIDA NO CAMPUS

NOTÍCIAS

12

13

CENTRAL

Seminário "A Previdência dos Servidores após 2004"

por Maurício Boff

NOTÍCIAS

17

20

ARTIGO

Rio Grande e o Polo Naval

por Joacy de Abreu Faria

OBSERVATÓRIO

20

22

NAVIGUE

ORELHA

23

24

EM FOCO

Está aberta a Casa da Leitura

por Maricélia Pinheiro

+1

26

27

A HISTÓRIA DE QUEM FAZ

Fator Previdenciário

Cálculo de aposentadoria deve mudar

O projeto do senador Paulo Paim (PT-RS), que trata do fim do fator previdenciário e ressuscita um critério de cálculo da aposentadoria anterior à reforma de 1998, pode ser votado ainda em 2009. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou, em meados de novembro, o relatório do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), favorável ao projeto. O presidente da Casa, Michel Temer, já assumiu o compromisso de colocar o texto na pauta de votação assim que terminar a apreciação dos projetos do pré-sal.

Se o projeto de Paim for aprovado sem mudanças, muitos brasileiros poderão contribuir com base no valor do salário mínimo (R\$ 465) para a aposentadoria e nos últimos três anos pagar para receber o teto, que hoje é de R\$ 3.218,90. Isso provocaria um forte aumento das despesas da Previdência. Atualmente, são utilizadas na conta 80% das melhores contribuições feitas desde 1994.

Segundo o deputado Pepe Vargas (PT-RS), responsável por um projeto substitutivo ao de Paim, o impacto da volta da chamada "média curta" será mais danoso do que o fim do fator previdenciário. Ele disse que a necessidade de financiamento da Previdência aumentaria em valor equivalente a 9,69% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2050, segundo cálculos do Ministério da Previdência. O substituto de Vargas estabelece que o cálculo da aposentadoria seja feito com base em 70% das melhores contribuições.

Faria de Sá disse que não aceitará a alternativa proposta por Pepe Vargas, que cria um novo critério de cálculo do benefício, a



chamada regra 95/85. Com ele, as pessoas só poderiam se aposentar com benefício integral quando a idade, somada ao tempo de contribuição, resultasse em 95 anos (homens), ou 85 (mulheres).

Para o ex-ministro da Previdência Social e atual superintendente do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar, José Cechin, o fim do fator previdenciário e a volta do cálculo do benefício com base nos três últimos anos de contribuição é um retrocesso. As entidades que representam os aposentados vão pressionar para garantir apenas o fim do Fator Previdenciário. O fator previdenciário impede aposentadorias precoces. Desde que foi criado em 1999, já propiciou uma economia de R\$ 10 bilhões.

Fonte: Jornal O estado de São Paulo

Governo quer estender convênio do INSS a todos os bancos

O ministro da Previdência Social, José Pimentel, disse que até janeiro de 2010 o convênio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não será mais exclusividade do Banco do Brasil. A afirmação foi feita durante a abertura do 3º Encontro Nacional de Comunicação da Previdência realizado em Brasília, entre os dias 23 e 26 de novembro. "Queremos a partir de janeiro estender esse convênio para toda a rede bancária do País, como forma de melhorar ainda mais a liberação do extrato previdenciário".

Segundo dados apresentados pelo ministro durante o Encontro, a população brasileira deixará de crescer em números absolutos a partir de 2025, e vai envelhecer. Pimentel disse ainda que a atual cobertura previdenciária atende 66% da população entre 16 e 60 anos e 82% das

pessoas acima de 60 anos. De acordo com o ministro, atualmente, há 7 milhões de brasileiros trabalhando em serviços domésticos sem cobertura previdenciária. "Se compararmos com outros países, o nosso índice de cobertura previdenciária é bastante significativo, mas queremos ampliar essa cobertura".

A terceira edição do evento teve como objetivo promover o intercâmbio entre os servidores da área de comunicação Social do Ministério da Previdência Social, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) com a finalidade de avaliar resultados, alinhar ações e planejar a área de comunicação.

Fonte: Agência Brasil

João Vicente Silva Souza

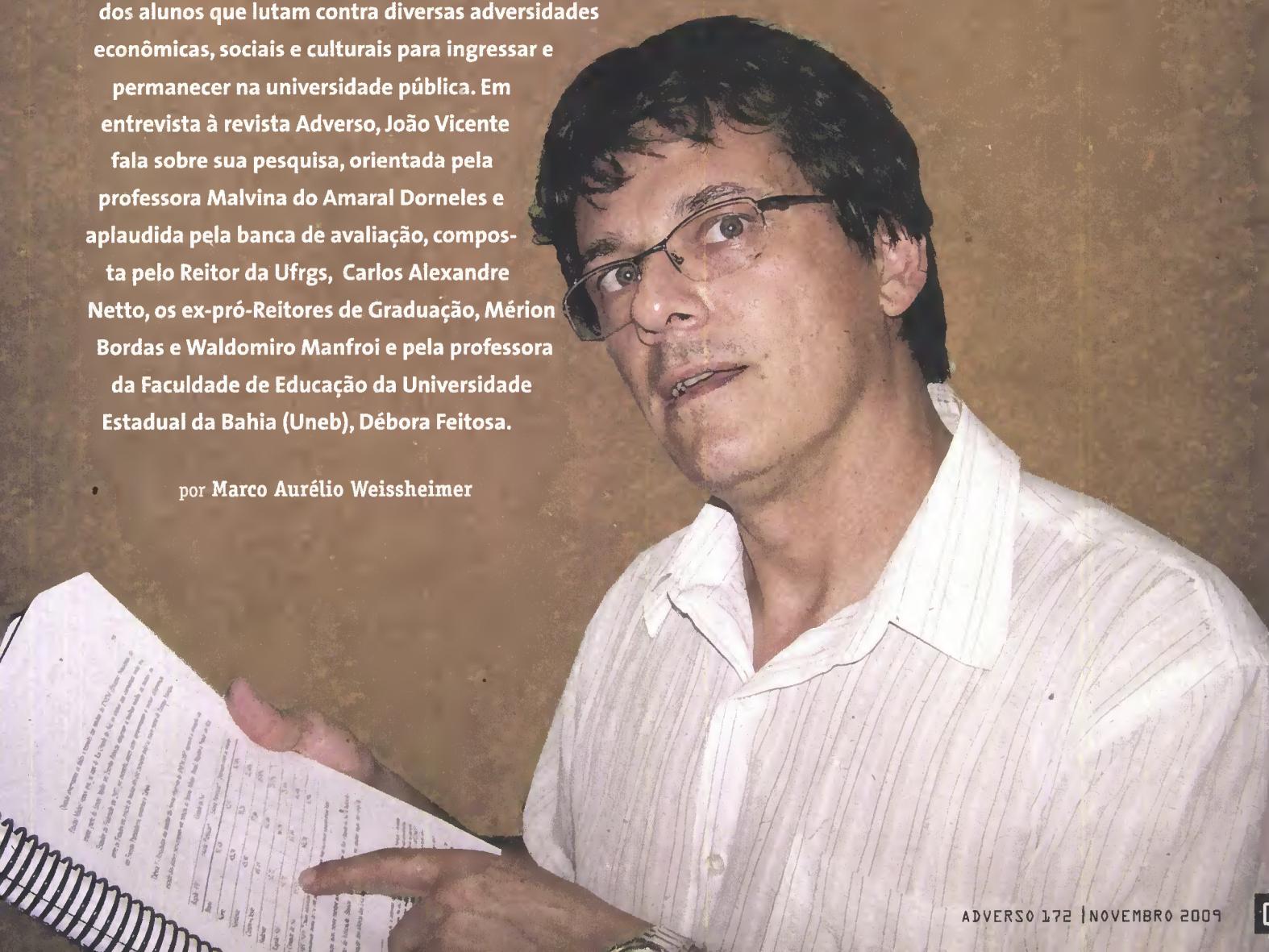
“A Universidade precisa acolher a diversidade que está fora dela”

“É preciso garantir que a universidade não tenha mais aquela aura elitista que já teve em anos anteriores. Precisamos abrir espaço, dentro da universidade, para essa diversidade que está fora dela e que já se manifesta em seu interior. Com isso, em alguns anos, poderemos ver uma universidade diferente, inclusive com uma perspectiva de qualidade acadêmica bem distinta da que existe hoje, com o acolhimento de outros saberes, outras formas de comunicação, outras formas de relação com a sociedade”. A avaliação é de João Vicente Silva Souza, professor de Educação Física do Colégio Aplicação da Ufrgs e autor da tese de doutorado intitulada “Alunos de Escola Pública na Ufrgs: portas entreabertas”.

Composta de uma análise de dados estatísticos de 30 anos relativos ao ingresso de alunos de escolas públicas na Ufrgs e de um estudo qualitativo de 17 histórias de vida de estudantes que chegaram à universidade vindos de escolas públicas, antes da adoção do sistema de cotas, a tese defendida e aprovada na Faculdade de Educação da Ufrgs (Faced), mostra uma realidade ainda pouco conhecida na comunidade acadêmica: a dos alunos que lutam contra diversas adversidades econômicas, sociais e culturais para ingressar e

permanecer na universidade pública. Em entrevista à revista *Adverso*, João Vicente fala sobre sua pesquisa, orientada pela professora Malvina do Amaral Dorneles e aplaudida pela banca de avaliação, composta pelo Reitor da Ufrgs, Carlos Alexandre Netto, os ex-pró-Reitores de Graduação, Mérion Bordas e Waldomiro Manfroi e pela professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual da Bahia (Uneb), Débora Feitosa.

por Marco Aurélio Weissheimer



João Vicente Silva Souza

Qual a linha geral de sua tese de doutorado que tratou da situação dos estudantes da Ufrgs oriundos de escolas públicas?

O estudo nasceu em meio ao debate gerado pela adoção de políticas afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Essa discussão se deu nos anos de 2006 e 2007 e culminou com a implementação, por parte do Conselho Universitário, de uma política de ações afirmativas, a partir de 2008, no vestibular da Ufrgs. Dentro dessa política, existe um sistema de reserva de vagas, também chamado de cotas, para alunos de escolas públicas e para alunos autodeclarados negros vindos de escolas públicas. Essa discussão motivou-me muito, especialmente no que diz respeito à possibilidade de pensar “alunos de escolas públicas” como um grupo a ser beneficiado por uma política de ações afirmativas.

É um equívoco pensarmos a escola pública como um todo homogêneo. Segue vigente um pensamento, segundo o qual, quando falamos em escola pública, isso é sinônimo de má qualidade de educação. Essa é uma relação direta que costuma ser feita em qualquer meio de discussão, quer seja composto por “leigos” ou por estudiosos do assunto. É óbvio que não foi em função disso que se escolheu o grupo “alunos de escolas públicas” para fazer parte do grupo beneficiado pelas cotas na Ufrgs. Ser aluno de escola pública pressupõe outras coisas como, por exemplo, vir de uma família com renda econômica baixa, de origem popular, que não usufrui de alguns direitos básicos como moradia, acesso à segurança, à saúde, ao saneamento, etc. Enfim, o problema educacional não é só um problema de escola, mas sim um problema sistêmico que diz respeito a aspectos básicos de atendimento à população, a aspectos culturais, sociais e econômicos.

Então, quando pensamos em alunos de escolas públicas, pensamos em determinadas formas de assimetrias sociais sob o ponto de vista da ausência de determinados direitos. Estamos pensando, por exemplo, em dificuldades econômicas que fazem com que os alunos tenham que trabalhar desde muito cedo; em famílias onde os pais têm muitas vezes um baixo nível de escolaridade; em famílias com baixa renda, e por aí vai. Isso tudo, é claro,

“Um aluno que chega à universidade por volta dos 23 anos, depois de vários vestibulares e de ter superado inúmeras dificuldades sócio-econômicas, não entra para fazer turismo, nem para brincar. É um aluno que vai correr atrás. Isso está expresso muito bem nos dados do primeiro grupo de cotistas que se formou no País, na UnB, em 2008”

gera uma dificuldade de chegar ao mesmo patamar de possibilidade de fazer um bom curso pré-vestibular, que hoje é o parâmetro para estar ou não dentro de uma universidade. Não se tem aí uma visão de processo. O concurso vestibular é um conjunto de provas que pressupõe que, uma vez aprovado, o aluno está apto a fazer um curso superior. Mas não é bem assim. Embora teste conhecimentos, habilidades e competências, o concurso vestibular também pode funcionar, muitas vezes, como uma barreira social. Embora não tenha participado diretamente da construção dessa política de ações afirmativas na Ufrgs, acredito que esse contexto social mais amplo é um de seus principais fundamentos.

O senhor poderia detalhar um pouco a natureza dessa política?

Em termos de acesso aos cursos de graduação da Ufrgs, há três modalidades: a reserva de vagas para alunos de escolas públicas (que corresponde a 30% do total de vagas para cada curso de graduação), reserva de vagas para alunos autodeclarados negros de escolas públicas (que corresponde a 15% do total de vagas de cada curso) e criação de vagas especiais para alunos indígenas. Além disso, foi criada uma comissão para acompanhamento

desses alunos e outras ações que, no meu entender, ainda precisam ser aperfeiçoadas. Não basta só equilibrar o acesso à Universidade de alunos de lugares sociais diferentes. É evidente que diferenças sócio-econômicas viram desigualdades de acesso. Isso aparece desde que se começou a fazer relatórios de estudo a partir dos questionários sócio-econômicos dos vestibulandos da Ufrgs.

Uma parte do meu trabalho consistiu em analisar esses dados estatísticos, coletados durante 30 anos na Ufrgs, e estabelecer relações entre eles. A outra foi um estudo qualitativo de 17 histórias de vida de estudantes de escolas públicas que chegaram à universidade, antes da adoção do sistema de cotas. Essa pesquisa iniciou em 2007 e os alunos cotistas começaram a ingressar na Ufrgs em 2008. Mesmo assim inclui na minha tese alguns resultados parciais dessa nova política, que já mostram a inversão de algumas tendências. Proporcionalmente, um menor número de alunos negros e de escolas públicas chegava à universidade. Com a adoção das cotas, aumentou a quantidade de alunos autodeclarados negros e de alunos de escolas públicas vindos de famílias com renda mais baixa.

Há outras ações que se referem à qualidade da permanência destes alunos dentro da Universidade. Não basta chegar à Universidade. É preciso dar conta das disciplinas de seus cursos, que muitas vezes não são no mesmo campus e que, em sua maioria, não são noturnos. Isso significa que esse aluno dificilmente conseguirá trabalhar e estudar ao mesmo tempo. É preciso passagens para o deslocamento, dinheiro para fazer fotocópias de artigos e comprar livros exigidos pelos professores. Além disso, em cursos como Arquitetura, Odontologia e Engenharia, os materiais solicitados não são baratos. Ou seja, não basta simplesmente você entrar no curso. É preciso se manter dentro dele. Então, existe essa preocupação, dentro da política de ações afirmativas na Ufrgs, que precisa de um tratamento muito especial. Pois, a cada ano, vamos nos deparar com um maior número de alunos com necessidades diferenciadas para conseguir estudar.

Precisamos dar conta dessa situação. Passar no vestibular não garante

que o aluno vai fazer um bom curso, não importando se ele é cotista ou não. Nós ouvimos muito que a criação do sistema de cotas vai baixar a qualidade dos cursos. As pessoas que dizem isso precisam se lembrar que é óbvio que um aluno que vem do interior, de alguma região pobre, e que não teve a oportunidade de ampliar seus conhecimentos escolares, por exemplo, vai chegar à universidade e pode se sentir confuso ou perdido. Isso vale para alunos cotistas e não cotistas. Ele precisa de um tempo para se adaptar e se familiarizar com o funcionamento da instituição. Um aluno que chega à universidade por volta dos 23 anos, depois de vários vestibulares e de ter superado inúmeras dificuldades sócio-econômicas, não entra para fazer turismo, nem para brincar. É um aluno que vai correr atrás. Isso está expresso muito bem nos dados do primeiro grupo de cotistas que se formou no País, na Universidade de Brasília (UnB), no ano passado. Esses alunos, em sua maioria e na maioria dos cursos, se saíram melhor, em termos de rendimento acadêmico, do que os alunos não cotistas. As pessoas precisam perceber isso e ter paciência. Há uma necessidade de acolhimento desses alunos no início do curso. É preciso lembrar que eles estão chegando com outra bagagem de conhecimento e que podem se sentir um tanto perdidos quando entram na universidade. Mas a garra e a força de vontade deles fazem com

que eles aprendam rapidamente a correr atrás e a superar as dificuldades.

Na sua avaliação, ainda há uma resistência forte, dentro da comunidade universitária, contra essa política de cotas?

Com certeza, porque é um tema polêmico. Não me surpreende que haja tal resistência e tampouco posso emitir juízo de valor sobre se esses professores estão certos ou estão errados, pois este não é o objetivo do meu trabalho. A universidade é um reflexo da sociedade. Assim como há, fora da universidade, pessoas favoráveis e contrárias às cotas, dentro dela também há. Há professores que veem as cotas como uma forma de discriminação. Outros acreditam que elas não vão resolver o problema das desigualdades sociais. Mas a discussão que esse tema suscita na sociedade e os exemplos gerados pelos alunos que chegam através das cotas têm um efeito multiplicador que vai além das poucas vagas que a universidade cede. No meu estudo, há alunos que se tornaram exemplos em seu bairro, pois estão mostrando que é possível chegar à universidade, que existe um outro mundo que, às vezes, sequer se suspeita que exista. Há lugares onde as pessoas sequer sabem que existe uma universidade e muito menos que é pública e gratuita. Isso gerou dentro da própria tese um desdobramento de outro projeto, junto com o programa

“Há o relato de um aluno que esperava o irmão chegar em casa, no inverno, para pegar o tênis e ir para o curso. Os professores da universidade precisam conhecer e reconhecer essa realidade”

Conexão de Saberes, que é o “Eu quero entrar na Ufrgs”. Nós passamos a visitar escolas públicas para dizer que existe a Ufrgs e que existe a política de cotas. Há escolas, onde alunos do 3º ano do ensino médio não sabem isso. Infelizmente, acontece de alunos, familiares e professores acharem que esse mundo do ensino superior não é para eles.

É importante destacar uma coisa neste debate. Qualquer recorte que se faça, qualquer escolha que se faça em termos de política afirmativa para o acesso ao ensino superior, terá algum tipo de arbitrariedade e haverá algum grupo que não será beneficiado e poderá se sentir lesado. E pode haver

casos de grupos que não precisam ser beneficiados e acabam sendo, e vice-versa. Vou dar alguns exemplos. Um aluno de boas condições financeiras que estudou no Colégio Militar, no Colégio de Aplicação ou no Colégio Tiradentes, todos eles públicos e de ótima qualidade. Esses alunos são beneficiados da mesma forma que um aluno pobre que estudou numa escola estadual de periferia. E os dados mostram que os alunos de escolas federais levam vantagem para passar no vestibular sobre os alunos de escolas particulares. Depois vêm os alunos das escolas estaduais e em seguida os das municipais. Por outro lado, podemos ter um aluno pobre que conseguiu uma bolsa em um curso particular noturno de ensino de nível médio. Por ser um



João Vicente Silva Souza



curso particular, por mais que esse aluno tenha dificuldades e desvantagens sociais, ele não é beneficiado pelas cotas. Por isso é que digo que qualquer critério é polêmico e pode apresentar problemas como estes que citei.

O importante é que se reconheçam as desigualdades e se discuta isso na sociedade. As assimetrias sociais que se transformam em desigualdade de acesso ao ensino superior precisam ser reconhecidas. E, ao serem reconhecidas, é preciso que se faça algum movimento. A Ufrgs fez o seu. E uma vez feito esse movimento, deve-se discuti-lo com a sociedade. Isso é o mais importante, pois não há uma resposta única e definitiva para esse problema. As desigualdades sociais só serão minimizadas a partir do momento em que a sociedade reconheça que elas existem e faça algo a respeito. Para mim, esse é o principal resultado, mais do que estabelecer 30% de cotas, ou isso ou aquilo. O importante é que essa notícia se espalhe pela sociedade e que as pessoas que jamais sonharam em entrar na universidade passem a vislumbrar essa possibilidade.

Esse é o ponto principal de meu

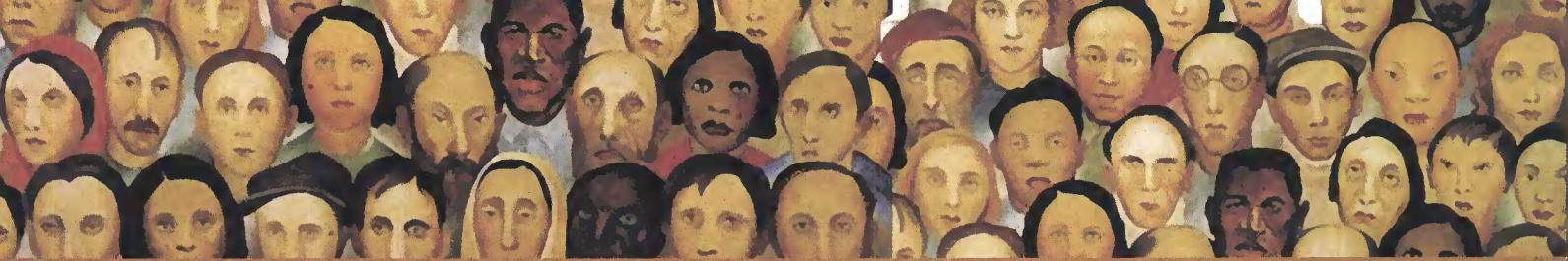
estudo: mostrar que é possível chegar na universidade para quem queira chegar, o que não significa que seja o melhor lugar para se estar. Trata-se de assegurar o direito das pessoas sabrem que existe essa possibilidade. E quanto mais acolhedora for a universidade, quanto mais circularem as informações sobre as possibilidades de acesso ao ensino superior, mais a sociedade se beneficiará. Significa mais geração de oportunidade e de riqueza, mais equilíbrio social, e faz com que as pessoas não precisem mais ficar escondidas em seus nichos. É por isso que é importante ter mais alunos negros dentro da universidade, mais médicos negros, mais engenheiros negros, mais alunos de origem popular, em todas as áreas de conhecimento.

Na pesquisa que o senhor realizou, como foi esse acompanhamento com os 17 estudantes oriundos de escolas públicas? E quais foram os principais resultados obtidos?

No âmbito qualitativo, minha pesquisa foi baseada em histórias de vida de 17 estudantes que freqüentaram escolas públicas. Boa parte desses

“Há professores que veem as cotas como uma forma de discriminação. Outros acreditam que elas não vão resolver o problema das desigualdades sociais. Mas a discussão que esse tema suscita na sociedade e os exemplos gerados pelos alunos que chegam através das cotas têm um efeito multiplicador que vai além das poucas vagas que a universidade cede”

alunos é de origem popular. Alunos pobres de Porto Alegre e do interior do Estado, que tiveram muitas dificuldades para entrar na universidade. Apenas dois deles entraram na primeira tentativa. Os alunos foram escolhidos através de uma rede de contatos por email e com a ajuda também do programa Conexões de Saberes, voltado para alunos de origem popular da Ufrgs. Embora eu quisesse que os estudantes fossem de áreas diferentes de conhecimento, isso não foi possível. Em algumas áreas, não obtive resposta. Já na área da saúde, consegui seis estudantes, quatro da Medicina e dois da Enfermagem. A banca, inclusive, me chamou a atenção sobre esse critério de escolha, sugerindo que o universo pesquisado poderia ser mais diversificado. Bem, foi o que consegui fazer. Mas tenho certeza que, se pegasse 17 alunos da Medicina, teria 17 histórias diferentes. É isso que eu quis mostrar: a diversidade das histórias de vida desses alunos, as estratégias individuais e familiares que envolveram seu ingresso e permanência na universidade, que era algo distante deles. Não foi um percurso planejado como normalmente aconte-



ce com alunos das classes média e alta. Eu não quis apresentar uma receita de "como alunos de escolas públicas podem passar no vestibular", mas sim mostrar a diversidade cultural, familiar, afetiva, ética e estética que pode "subverter" as "determinações" da realidade social e transformar capitais sociais e culturais de modo que esses alunos possam vencer as barreiras colocadas à sua frente e chegar à universidade.

Para estes alunos, a chegada ao ensino superior é um elemento a mais, perseguido e valorizado, mas não é a meta principal de suas vidas. É um lugar que não é desejado por muitos de seus amigos, parentes e vizinhos, por que às vezes pode representar um lugar de muito sofrimento, que exige, muitas vezes, sair do interior, viver numa casa de estudante, dividir com cinco pessoas um quarto e sala perto da universidade, passar fome algumas vezes, viver de uma bolsa de R\$ 300, sendo que em janeiro e fevereiro não há bolsa. Há o relato de um aluno que esperava o irmão chegar em casa, no inverno, para pegar o tênis e poder ir para o curso. Os professores da universidade precisam conhecer e reconhecer essa realidade. Ou se tem uma política muito consistente de acolhimento destes alunos, ou se

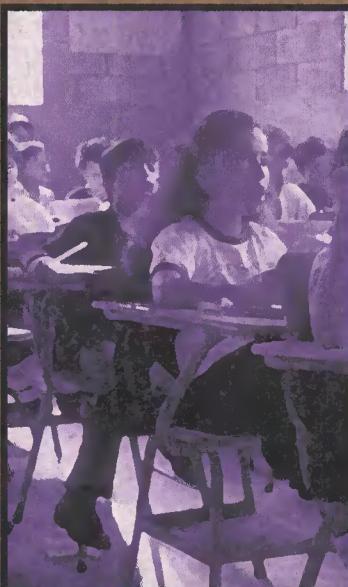
deve pensar em alternativas para que eles possam, além de fazer seu curso razoavelmente bem, sobreviver e permanecer até o final na universidade.

Outra coisa que me chamou a atenção na pesquisa foi a existência de alunos que pensam o seu curso, principalmente por estar em uma universidade pública, como algo que lhes dá conhecimentos e habilidades para que eles profissionalmente possam devolver algo para a sociedade. Muitos alunos estão na universidade com objetivos profissionais privados. Há também aqueles que não estão muito preocupados com as suas questões pessoais, mas sim em ampliar seus horizontes e conhecimentos, em degustar a universidade, em curtir esse mundo novo. E existem aqueles, especialmente alunos de origem popular, que chegam à universidade com a missão de cuidar de seus familiares, de retribuir todo o sacrifício e investimento que eles fizeram. Muitas vezes, três ou quatro deixaram de estudar para que um conseguisse entrar na universidade.

Toda essa diversidade aparece na minha tese. Agora, para que haja diversidade dentro da universidade, a gente tem que qualificar o acesso e a permanência do

"É importante destacar que qualquer escolha que se faça em termos de política afirmativa para o acesso ao ensino superior, terá algum tipo de arbitrariedade e haverá algum grupo que não será beneficiado e poderá sentir lesado"

aluno. É preciso garantir que a universidade não tenha mais aquela aura elitista que já teve em anos anteriores. Precisamos abrir espaço, dentro da universidade, para essa diversidade que está fora dela. Com isso, em alguns anos, poderemos ver uma universidade bem diferente, inclusive com uma perspectiva de qualidade acadêmica bem diferente da que existe hoje, com o acolhimento de outros saberes, outras formas de comunicação, outras formas de relação com a sociedade. A



através da arte o invisível pode se tornar visível

“Eu lembro bem das cores. Mas a arte você expressa pelas mãos ao colocar o que sente. Olha, fiz uns azulejos com a palavra 'silêncio'. Depois, arrependi-me. Ficou muito grande, sabe? Deveria ter escrito 'psiu'. É mais curto e pouparia argila”. O instrutor de telemarketing, Euclides Scherer Júnior, é um dos alunos da oficina “Cerâmica: Uma Aproximação”, curso de extensão do Instituto de Artes (IA/Ufrgs).

Júnior perdeu completamente a visão quando guri, aos 9 anos, num tempo em que os pais gostavam de vê-lo desenhar todo visitante que chegava à residência em que moravam, no interior do Rio Grande do Sul. Os anos, porém, não apagaram o desejo, a imaginação de retratar as coisas de verdade. “Enxergar é muito importante, claro. Mas a gente (deficiente visual) tem um toque apurado (...) às vezes, o que vocês não reparam, nós pegamos os detalhes”, diz Júnior, enquanto analisa o resultado da boca aberta com a língua de fora da máscara de argila cozida que moldou numa segunda-feira dessas de novembro.

Desde o dia 14 de setembro, a sala destinada para o ensino das técnicas de cerâmica no IA recebe a turma da segunda edição do projeto. A oficina termina em dezembro, mas deverá ser retomada em março. Os encontros acontecem toda manhã de segunda-feira. Entre esteços, barro molhado e percepção, dos seis alunos, quatro nunca enxergaram, detêm muito pouca visão ou guardam a imagem visual de um



cotidiano na lembrança. O primeiro módulo aconteceu no ano passado e se voltava a adolescentes de rua da Restinga. A iniciativa “Endereço: Fazendo o número de sua casa” foi conduzida junto a uma ONG do bairro. Neste semestre, às dificuldades de uma cidade despreparada em



oferecer a acessibilidade plena aos deficientes visuais da Zona Sul até o Centro, onde está o IA, limitaram a continuidade da parceria. A sustentabilidade financeira da turma foi garantida por duas alunas que não são cegas, mas que dividem o mesmo aprendizado de dar forma ao barro.

A coordenadora do curso, Claudia Zanatta, conta que foi uma conquista fundamental trazer deficientes visuais para a Universidade a fim de ensinar arte. "A Universidade, assim como nossa sociedade contemporânea, não tem as condições necessárias para receber o aluno que precisa de um atendimento individual", diz. Os utensílios, como vasos, estecos, fôrmas e prensas estão posicionados como se os estudantes enxergassem a posição em que são deixados pelos outros alunos. "O deficiente visual necessitaria de uma sala especial, mas acaba compartilhando o mesmo ambiente com os demais estudantes", ressalta a aluna bolsista do Bacharelado em Cerâmica, Cláudia Flores. A turma é pequena para que a atenção seja individualizada. Gritos e pedidos de atenção são desnecessários, o que transforma o ambiente num espaço de troca coletiva. "Demos um passo importante. A oficina artística mostra que os espaços públicos precisam ser adaptados", afirma Claudia Zanatta.

Enquanto o aluno aprende a arte da cerâmica, o educador entende mais sobre as relações humanas. Os monitores, alunos bolsistas, chegaram a estudar a linguagem idealizada por Louis Braille, que inventou o sistema que permite a leitura pelo cego, e, principalmente, como funciona a condução de uma aula para um aluno deficiente visual. Claudia Zanatta destaca três características fundamentais: o toque, o tempo e o som. "Uma das alunas afirmou, certa vez, que para falar que viu, ela diz 'toquei'", ressalta a coordenadora. O objeto de argila crua precisa estar seco e queimado para que outras pessoas o apalpem, sob pena da obra ser danificada. Na oficina, os alunos deficientes visuais tocam os objetos de barro úmido a todo momento, a fim de saber o que os outros colegas estão fazendo. Durante as aulas, há descontração pelas histórias contadas. Cada estudante de cerâmica não tem pressa. A ideia é produzir e se sentir à vontade. "O segredo é estar de bem consigo mesmo", filosofa Júnior.

Em setembro, a coordenadora pensava em trabalhar com os deficientes visuais a textura dos objetos e materiais. Na primeira aula, a surpresa. "Uma aluna disse que queria fazer cerâmica todo em verde porque era a cor preferida. Pensei: 'como alguém decide trabalhar com uma cor sem nunca ter visto?' Entendi que a cor sugere a emoção, o afeto, a subjetividade do que é narrado", explica Claudia Zanatta. A imagem da cor que a aluna se referia era a sensação por saber que o verde é a cor da natureza, das árvores, do cheiro do mato, da liberdade. Se a arte torna visível o que é invisível, para a imaginação, pelo menos, não há fronteiras quando se comprehende que a visão é um dos sentidos; não todos. □

Ospa nos 75 anos da Ufrgs

Os 75 anos da Ufrgs foram brindados com um concerto da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Ospa) no dia 29 de novembro, que lotou o Salão de Atos da Reitoria. Estavam presentes o reitor Carlos Alexandre Netto, o presidente da Ospa, Ivo Nesralla e a pró-reitora de Extensão, Sandra de Deus. Com a regência do maestro Manfredo Schmiedt e a participação de Norberto Baldauf, pianista que animava os Bailes da Reitoria com seu grupo, a Orquestra executou temas de filmes famosos.

Cedinho Andrade / Ufrgs



Cap recebe exposição da 7ª Bienal do Mercosul

O Colégio de Aplicação da Ufrgs participou da construção do Histórias da Arte, um dicionário de certezas e intuições, com mais outras três escolas de Porto Alegre. Como parte do Programa de Residências - Artistas em Disponibilidade, associado ao Projeto Pedagógico da 7ª Bienal do Mercosul, a artista argentina Diana Aisenberg construiu a partir de perguntas em torno das palavras Grito e Escuta, título da bienal, a exposição que reuniu as definições coletivas feitas pelos alunos e professores. As obras incluíam desenhos, fotos, vídeo e palavras que foram espalhadas pelo saguão da escola. A artista esclarece que a exposição foi baseada na causa e na busca coletiva por respostas. O Programa de Residências - Artistas em Disponibilidade quis dar visibilidade a propostas educativas que dialogassem com o sistema educativo regional, desenvolvidas de maneira independente por três artistas contemporâneos.



6º Encontro de Coros da Adufrgs

Em parceria com a Federação de Coros do Rio Grande do Sul (Fecors), a Adufrgs-Sindical promoveu mais um encontro de coros na noite do dia 7 de novembro, um chuvoso domingo de primavera. O evento, realizado no Salão de Festas da Reitoria, foi aberto pelo Coral da Adufrgs, regido por Atos Flores. Apresentaram-se ainda os corais Zemmer, sob a regência de Francis Padilha; Asapeg, regido por Marcelo Rabelo; Vozes, da Fundação CEEE, regido por Sérgio dos Santos e o Coral Municipal de Picada Café, regido por Martin A. Altevogt. Este foi também o 44º Festival de Coros do Rio Grande do Sul.

O futuro está na luta do presente

Enquanto o jovem professor universitário busca o sonho de um País igualitário pela pesquisa e educação pública, o cotidiano oferece uma realidade dura e que, na análise do futuro acadêmico, exige a pergunta: como será a aposentadoria das novas gerações de docentes que encarnam o espírito público? O seminário “A Previdência dos Servidores após 2004”, realizado no dia 20 de novembro pela Adufrgs-Sindical e pelo Proifes, buscou esclarecer os critérios da seguridade social e as perspectivas de como ela poderá ser, caso sejam aprovados os pacotes de reforma que estão em análise no Congresso Nacional. Em um tom de esperança, as palavras do presidente do Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (Proifes), Gil Vicente Reis de Figueiredo, deixam o alívio de que as novas regras possam ser definidas a partir de 2011, já que o próximo ano se trata de período eleitoral. “É importante que todos (professores) começem a pesquisar e se envolver para não serem surpreendidos lá adiante”, alerta. Pela primeira vez, a Adufrgs-Sindical, com o apoio da Secretaria de Educação a Distância da Ufrsg (Sead), transmitiu um evento em tempo real, através da rede mundial de computadores, para todo o mundo, desde Porto Alegre/RS.

por Maurício Boff - fotos Suzana Pires



O alerta feito pelo presidente do Proifes, Gil Vicente Reis de Figueiredo, sobre a importância de todos os professores começarem a pesquisar e se envolver com a questão do futuro da previdência dos servidores públicos federais, ganha força quando se analisa as ausências no Seminário de peças importantes para o debate. Nem o Ministério da Previdência Social enviou um representante, nem o relator do Projeto de Lei 1992/07, deputado federal Sabinho Castelo Branco (PTB-AM) se fez presente no evento. O PL institui o que pode ser definido como o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, o tema que está nas mãos dos congressistas, em Brasília. "A gente lastima esse desinteresse por parte das autoridades responsáveis por definir as regras da aposentadoria de toda uma classe de trabalhadores", comentou o presidente do Conselho de Representantes da Adufrgs-Sindical e vice-presidente do Proifes, Eduardo Rolim de Oliveira, durante o encontro.

As regras originais da previdência brasileira são definidas com a Constituição Federal de 1988. O palestrante e assessor jurídico da Adufrgs-Sindical, Francis Bordin, lembrou que, naquele tempo, o servidor público federal poderia se aposentar se atendesse aos requisitos da idade mínima, da paridade e recebendo o provento igual à última remuneração. A aposentadoria poderia ser proporcional ou especial, no caso, do docente de terceiro grau. A Emenda Constitucional 20/98 acabou com a aposentadoria especial para o docente do ensino superior, assim como a proporcionalidade. A seguridade social brasileira continuou sendo reformada e, em 2003, a Emenda Constitucional 41 deu fim à paridade além de acrescentar a definição de quanto seria o provento pela chamada média. Em 2005, a Emenda Constitucional 47 dobrou o limite de isenção da contribuição para os inativos portadores de doença incapacitante e permitiu a aposentadoria especial para portadores de deficiência ou aqueles que exercem atividade de risco. "Fica claro que a reforma da previdência é frequente, que muitas vezes não favorece o trabalhador e que, certamente, novas mudanças serão enfrentadas", disse.

Atualmente, as formas de aposentadoria são por invalidez, em que os proventos do aposentado são proporcionais ao tempo de serviço ou "integrais" ao tempo, dependendo de caso a caso; compulsória, em que o profissional não escolhe por vontade própria o momento de parar; voluntária, definida pelo tempo de contribuição ao Instituto da Seguridade Social (INSS) ou pela idade. Bordin ressalta que é fundamental que os professores busquem a orientação jurídica necessária antes de encaminhar a aposentadoria.

Aposentadoria Complementar

Entre as principais matérias criadas pelo Projeto de Lei 1992/07 está a proposta de criação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal ou Fundo de Pensão dos Servidores Públicos Federais. Na prática, se aprovada a lei, os futuros servidores – e os atuais – que aderirem à Funpresp terão a aposentadoria



paga pelos cofres públicos limitada ao teto do INSS, que hoje está em R\$ 3.218,90. Essa adesão ao que pode ser definido como aposentadoria complementar, será opcional aos atuais servidores. Se ele não aderir, continuará seguindo as regras da aposentadoria definidas pela Emenda Constitucional 41/03.

O representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) da Central Única dos Trabalhadores (CUT), economista Luiz Moura, que debateu o projeto de lei no seminário, destacou que, mais uma vez, a discussão em torno da revisão da aposentadoria no Congresso é sustentada pelo argumento de que o Estado brasileiro não pode arcar com a previdência dos servidores públicos. "A reforma visa tão somente reduzir gastos públicos com a aposentadoria do servidor, não um real benefício para ele", critica. Moura explicou que o modelo de contribuição do governo para o fundo será limitado a 7,5%. Porém, a mesma definição ainda não está estabelecida para o servidor público federal. O economista defende que há insegurança quanto ao valor do benefício, que não existe a garantia de quanto o servidor irá arcar e, consequentemente, caso não ocorra a revisão dessas regras previstas, quem irá perder será a nação brasileira porque os quadros especializados não irão mais buscar o serviço público.

Para o professor Eduardo Rolim de Oliveira, ainda que a intenção de criar uma aposentadoria complementar seja positiva, assim como a do fundo, a sociedade não foi chamada para discutir como deveria. "Talvez, a criação de um fundo de pensão pública não fosse uma má ideia, mas colocar o dinheiro público nas mãos do capital privado é uma opção política", sentenciou. A ideia é que a Funpresp seja gerenciada por uma instituição financeira privada, que seria escolhida através de um processo licitatório. Moura destacou que o custo de transição do atual modelo deveria preocupar o poder público. Segundo cálculos do Dieese, com base em dados do INSS, a Funpresp arrecadaria uma média anual de R\$ 500 milhões por ano. "Em 20 anos, a Funpresp teria, pelo menos, R\$ 10 bilhões e o maior fundo de pensão do Brasil na mão do Capital privado", apontou Moura.

Enquanto isso, no Congresso Nacional...

Se as discussões da previdência complementar devem ficar mesmo para depois do período eleitoral, o debate em torno de Propostas de Emenda à Constituição (PECs) e outros Projetos de Lei também estão emperrados na ordem do dia de deputados federais e senadores. O assessor parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Marcos Verlaine da Silva Pinto, que palestrou no seminário promovido pela Adufrgs-Sindical, tratou de listar as principais matérias.

A principal crítica do palestrante é disparada contra o projeto que cria a aposentadoria complementar. Verlaine defendeu que o dinheiro do servidor deveria ficar nas mãos de um administrador voltado aos interesses públicos, e não com o mercado especulativo, "volátil e instável". O assessor afirmou que o agente público, como o professor de uma instituição de ensino superior federal, não pode correr o risco de perder o dinheiro que apontou. "A especulação financeira fragilizaria o serviço público ao oferecer mecanismos de privatização da previdência pública ao invés de fortalecer-la", disse. Outro ponto polêmico quando o assunto é o que se discute na Capital Federal é o fim do fator previdenciário, do senador Paulo Paim (PT-RS). O mecanismo foi criado na década de 90 para desencorajar aposentadorias precoces. O entendimento do ministro do Planejamento, Guido Mantega, e do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, é de que a medida aumentaria o endividamento público e, por isso, a posição contrária à proposta. "Pressão, como a do (Poder) Executivo, demonstra que o futuro da nação está com os congressistas", afirmou. □

PECs e PLs em debate no Congresso Nacional

- PEC 441/05, do ex-senador Rodolpho Tourinho (DEM/BA)

Prevê a Reforma da Previdência (Paralela da Paralela).

Situação: aguarda criação da comissão de mérito;

- PEC 555/06, do ex-deputado Carlos Mota (PSB/MG)

Prevê o fim da contribuição dos inativos.

Situação: aguarda instalação de comissão de mérito;

- PEC 270/08, da deputada Andreia Zito (PSDB/RJ)

Aposentadoria integral em razão de invalidez permanente.

Situação: aguarda votação de parecer favorável, na comissão de mérito;

- PLP - Aposentadoria Especial do Servidor, encaminhada pelo governo federal

Situação: o governo federal poderá encaminhar ainda este ano o projeto de lei para regulamentar dispositivo constitucional que trata da aposentadoria especial, nos mesmos moldes da aposentadoria especial dos trabalhadores da iniciativa privada (CLT), para atividade de risco ou sob condições especiais.



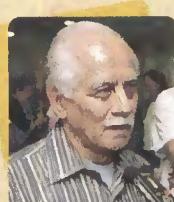
"Existe uma demanda muito grande na universidade para essa questão pós-2004. Os novos docentes chegam pra nós e dizem 'Como não terei a aposentadoria de vocês?' Nós temos que estar preparados para explicar essas questões. Por isso, esse debate é muito necessário, especialmente com a quantidade de jovens docentes que temos."

Jaime Mendonça, professor do Departamento de Engenharia Cartográfica e presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Pernambuco (Adufepe)

"Percebo que os professores, de maneira geral, não têm muita informação. A previdência mudou muito nos últimos anos. O professor, quando acessa e busca mais detalhes sobre sua aposentadoria, faz isso de modo individual. Acho que se precisa desdobrar melhor como fica a situação de quem trabalha em condições de insalubridade e isso deveria ser melhor regulamentado. Seminários como esse só contribuem."



Regina Rigatto Witt, professora-adjunta da Escola de Enfermagem da Ufrgs



"Entre as atividades propostas pelo Proifes, verificou-se que os assuntos de interesse dos professores estavam sendo deixados de lado. Promovemos alguns seminários ao longo deste ano. O da Previdência é mais um deles. Para os professores universitários mais novos é de uma importância fundamental. Nós trabalhamos para melhorar o presente, mas o que será garantido para os professores no futuro?"

José Maria de Sales Andrade Neto, professor do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Ceará e diretor do Proifes

"O papel de um evento como o Seminário é deflagrar o processo de questionamento. Mesmo entre os palestrantes, foi possível visualizar a quantidade imensa de direções. Não se tem um foco homogêneo. A pergunta que fica: sem força social, como vamos beneficiar a massa? Vai existir a Funpresp. Pensar na regulagem dela é o início de se negociar o que será o melhor para o servidor público."



José Carlos Freitas Lemos, professor da Faculdade de Arquitetura da Ufrgs e primeiro vice-presidente da Adufrgs-Sindical



"A grande questão é você envolver vários pontos de vista em um evento como esse. Questões que nem sempre são debatidas em uma mesa de negociação foram expostas. É a partir de debates como esse que se definirão as regras da nova aposentadoria brasileira. O docente precisa estar mais politizado, engajado no que é importante para o seu próprio futuro. É preciso, sim, mais envolvimento para se pressionar os congressistas."

João Maurício Lima de Figueiredo Mota, professor da Faculdade de Odontologia da UFMG

Carta de Fortaleza

O Fórum Jurídico do PROIFES esteve reunido de 8 a 10 de outubro de 2009 em Fortaleza, tendo, entre 8 e 9 de outubro, realizado o Seminário Nacional "Segurança Jurídica e os Direitos dos Servidores Públicos Federais".

O referido Seminário proporcionou uma reflexão que muito deverá influenciar o direcionamento de nossa ação política, não somente no que tange a aspectos relacionados com os problemas jurídicos com os quais lidamos em cada Universidade, mas também ao nosso entendimento do que deve ser a futura universidade federal brasileira.

Os participantes consideram que estabelecer canais de diálogo franco e ostensivo com o Tribunal de Contas da União (TCU), a Advocacia Geral da União (AGU), o Poder Judiciário, o Congresso Nacional, e, antes de tudo, com os Reitores, são ações estratégicas nas quais devemos investir, e que o evento marcou o início dessa construção.

Entendem que será necessária a articulação com o Poder Legislativo visando conquistar apoio político para eventuais mudanças legislativas, como no que diz respeito à Autonomia Universitária, diante do problema das Procuradorias.

Nosso sistema judiciário, com notórias deficiências estruturais, não tem a rapidez de resposta necessária para reparar os equívocos cometidos pelo TCU ao nos retirar indevidamente ganhos judiciais, o que é agravado pela atuação protelatória da AGU.

Por sua vez, as Universidades, cercadas na autonomia, sofrem uma degradação de seus valores primordiais, como a independência, entendida no sentido mais amplo, o institucional, e no sentido mais localizado, o do exercício consciente e consequente da crítica pelos estudantes e professores, vêm-se limitadas quanto ao pleno cumprimento do seu papel social.

Cabe ao PROIFES, portanto, reforçar sua atuação política em defesa das Instituições Federais de Ensino Superior, partindo para ações tais como:

- ampliar e estreitar o diálogo com os Reitores das Universidades Federais e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, estabelecendo uma pauta conjunta de ação quanto a questões de alta relevância como a aprovação de uma Lei Orgânica que consolide a Autonomia Universitária;

- construir um espaço de discussão o mais cotidiano possível com o TCU e a AGU, visando obter ações

preventivas sobre as decisões e condutas desses órgãos, evitando assim, os danos que têm sido causados indevidamente aos Docentes. Dentre as possibilidades, investir na idéia de estabelecer Câmaras de Conciliação;

- articular-se com os diversos parceiros sindicais do Serviço Público Federal visando criar uma frente de ação em nome da Segurança dos nossos Direitos trabalhistas;

- cobrar da AGU o estabelecimento de coerência e uniformidade entre o que está estabelecido em suas súmulas e suas argumentações nos processos judiciais, ou seja, que tais súmulas apliquem-se às ações judiciais e não somente ao âmbito administrativo;

- realizar ações e campanhas junto ao Congresso Nacional para a ele levar os problemas e junto com ele propor soluções para a Segurança Jurídica dos nossos Direitos trabalhistas, de forma integrada com a discussão da Autonomia Universitária e a construção de uma Universidade Federal brasileira voltada para os interesses nacionais;

- buscar obter, a partir do debate com todos os parceiros, respeitada a importância dos papéis cabíveis ao TCU e AGU, avanços em suas ações, no sentido de que adotem uma visão plenamente republicana, desvinculando-se do estreitismo de que a protelação do pagamento das dívidas é benéfica para a proteção ao Erário;

- ampliar, internamente, a discussão da temática da Segurança Jurídica, sempre articulada com a questão da Autonomia Universitária, visando aumentar nossa massa crítica interna quanto às dificuldades que estamos enfrentando;

- investir fortemente para que realizemos, conforme proposto pelo V Encontro do PROIFES Fórum, o Congresso Universitário do primeiro semestre de 2010, dando o máximo de objetividade, com pleno respeito à diversidade que nos caracteriza, para podermos contribuir na construção do modelo de Universidade necessário ao País, discussão essa que não poderá omitir questões de suma importância como uma carreira docente compatível com o modelo buscado, isonomia salarial, negociação coletiva e autonomia universitária.

Fortaleza, 9 de outubro de 2009

Participantes da 2ª reunião do Fórum Jurídico do PROIFES

Universidades superam as expectativas de ampliação

O Brasil superou a meta de criação de vagas de graduação em universidades federais, proposta entre 2007 e 2008. O objetivo era chegar a 146 mil vagas ofertadas em 2008, mas o número chegou a 147.277, em comparação às 132.451 de 2007. Este é um dos dados divulgados em novembro no balanço do primeiro ano do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Das 57 universidades federais existentes hoje, 53 integram o programa, criado em 2007. Cada uma delas elaborou um plano de metas, de acordo com suas necessidades específicas, que vai vigorar até o fim de 2012.

Desde a implantação do programa, somada a primeira fase da expansão da educação superior, foram contratados 17 mil funcionários, por meio de concursos públicos, para atuar nas universidades. Destes, 9.489 são professores e 6.355, técnicos. De acordo com dados do MEC, o número de cursos de graduação também cresceu. Subiu de 2.326 em 2007 para 2.506 em 2008. Importante destacar as inovações que

surgiram nos currículos a partir da criação dos bacharelados interdisciplinares. A interiorização das unidades de ensino é outro destaque do balanço. Foram implantados 104 campi desde 2003 — de 151 naquele ano para 255 em 2008. Com isso, as universidades federais chegaram, no ano passado, a 235 municípios atendidos. Em 2003, eram 114.

A pós-graduação também foi impulsionada a partir da instituição da Bolsa Reuni de Assistência ao Ensino, que prevê a distribuição de bolsas de mestrado e doutorado. Em 2008, foram concedidas 941 bolsas — 645 de mestrado e 296 de doutorado. A concessão é feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a partir de recursos da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação. No primeiro ano de funcionamento, os recursos destinados ao Reuni foram de R\$ 415 milhões. Somado à primeira fase da expansão, o investimento já realizado é de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão. Até 2012, devem ser investidos R\$ 3,5 bilhões.

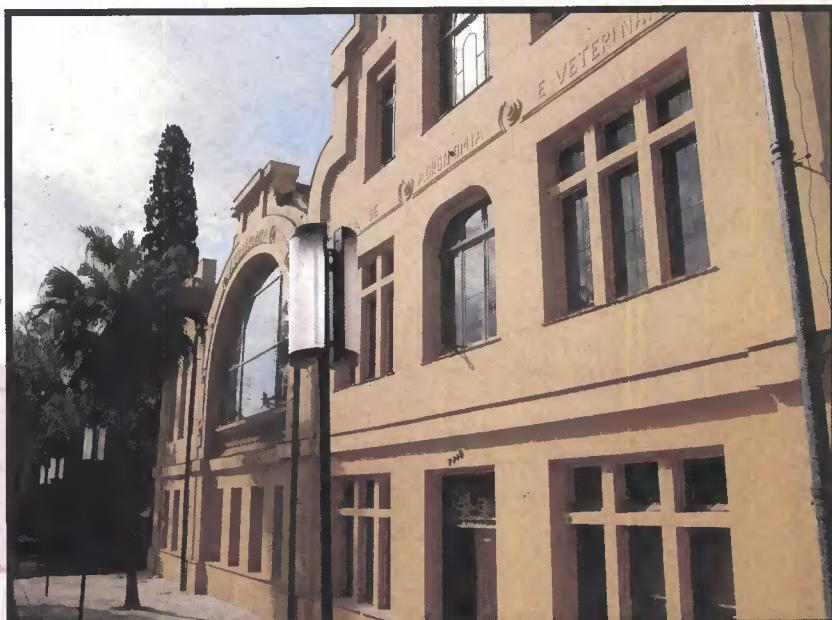
Fonte: Assessoria de Comunicação do MEC

Programa tem viabilizado indiretamente reforma de prédios históricos

A construção de um novo prédio para salas de aula no Campus Central da Ufrgs, prevista no Reuni, irá permitir a desocupação parcial de prédios históricos que estão na fila para serem reformados. A informação é do Secretário de Patrimônio Histórico da Ufrgs, André Martinewski. "Há uma demanda reprimida por espaço físico na Ufrgs. E as novas construções viabilizadas com as verbas do Reuni poderão abrigar algumas atividades que hoje funcionam em prédios históricos, para que estes possam ser reformados", observou o secretário.

Martinewski aguarda a construção de um novo edifício no Campus da Saúde, para onde será transferido o Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS), para agilizar as obras de reforma do atual prédio do ICBS — antiga Medicina. Depois de pronto, o local deve abrigar boa parte dos cursos do Instituto de Artes, atendendo a uma antiga reivindicação da comunidade.

Em outubro, após seis anos de reformas, o prédio da Faculdade de Agronomia, no Campus do Vale, foi entregue à comunidade universitária. Este foi o sétimo de uma lista de 12 prédios históricos da Ufrgs incluídos no projeto de preservação, aprovado em 1999 pelo Ministério da Cultura e inserido no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). O próximo da lista é o da Engenharia, na Praça Argentina, que deve ficar pronto até o final de 2010, quando a Secretaria de Patrimônio Histórico completa 10 anos de existência.



Prédio da Faculdade de Agronomia, no Campus do Vale, inaugurado em 1913, foi entregue à comunidade em outubro de 2009, depois de 6 anos em obras de restauração.

Marcelia Pinheiro



Rio Grande e o Polo Naval

por Joacy de Abreu Faria
professor aposentado do Instituto de Matemática da Ufrgs

Concretiza-se, finalmente, a oportunidade de Rio Grande vir a reafirmar-se com a instituição, em sua área, de megalópico empreendimento, por intermédio do qual o porto marítimo possibilitará que a cidade conquiste o prestígio de que desfrutou no passado em seus aspectos ligados à cultura e à capacidade produtiva. Ter-se-á, sem dúvida, o resgate do complexo industrial, que sintetizou uma época de realizações.

Antes, no entanto, de se cogitar dos efeitos que inevitavelmente a atuação do Polo Naval acarretará não só ao ambiente urbano de Rio Grande, mas à região abrangida pela sofrida Metade Sul, impõe-se que a gigantesca obra conte com pessoal qualificado e de alta competência para o êxito do que já se encontra em franca execução. Pois a plataforma de petróleo construída no estratégico porto está insistentemente a exigir recursos humanos adequados às suas necessidades, para desenvolver-se e, na cidade, reproduzir a movimentação dos dias em que, em décadas anteriores à derrocada, empresas como, dentre inúmeras outras, a Rheingantz, a Ítalo-Brasileira, a Swift Armour, a Loréa, a Pescal e a Anselmi alavancavam a economia local.

Como, então, hoje reagir ante a limitação imposta pela

carência de pessoal habilitado, retardando o salto tecnológico pelo pressuposto de que um mesmo elemento tenha de operar a máquina, controlar a qualidade, estabilizar o processo, garantir o suprimento e monitorar a manutenção?!

Aí é que surge a dificuldade de obter o contingente indispensável à produção. As iniciativas governamentais com as reformas sucedidas nesses últimos anos não se consagraram por não atentarem às mudanças decorrentes da Ciência e Tecnologia associadas à internacionalização da Economia, com reflexos no perfil das empresas e, consequentemente, alterando a estrutura do mercado de trabalho.

Tão só há pouco se vê o ensino oficial converter a rede existente de escolas técnicas em institutos federais, ampliando o seu número e naturalmente contando com a participação da experiência e da capacidade instaladas das unidades operacionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) dentre as quais comparecem os notórios centros tecnológicos – lídimos propulsores do desenvolvimento industrial.

Mesmo assim é de reconhecer que estabelecimentos



encarregados da profissionalização – quer sejam de natureza comercial, agrícola ou de prestação de serviços, por melhores condições de equipamento e de docência que possuam – não têm como “produzir” pessoal com a rapidez que se impõe diante das necessidades dos sistemas de produção que mudam a cada dia.

Daí o empenho emergencial dos mentores da grandiosa obra do Polo Naval em convocar aposentados para demonstrar a futuros profissionais como atuar na prática, para obter, em princípio, ensinamentos “por ver fazer” e, após, prosseguir na busca de aperfeiçoar-se conforme a disposição e o talento de cada um dos atingidos – tal como sucedia nas origens do trabalho quando não havia formalmente escolas com propósitos profissionalizantes.

Isto posto como preâmbulo, é intenção na próxima investida tratar do polêmico assunto Educação Formal x Desenvolvimento Profissional, eis que a importância do Polo Naval proporciona excelente oportunidade para apresentá-lo. □



**Docente,
este espaço é seu**

Participe enviando
seu artigo para
imprensa@adufrgs.org.br



No Paraná, 58 pessoas são libertadas de trabalho escravo

O grupo móvel de fiscalização e combate ao trabalho escravo da Região Sul encontrou trabalhadores submetidos a situações extremamente precárias - dormindo em curral, sem acesso a instalações sanitárias, água potável e equipamentos de proteção individual (EPIs). E sem qualquer direito trabalhista. As ações aconteceram entre os dias 29 de outubro e 5 de novembro, em três fazendas nos municípios de Cerro Azul, Bituruna e Palmas, todos no estado do Paraná. O grupo é composto por procuradores do trabalho, auditores fiscais do trabalho e agentes da Polícia Federal.

A primeira fiscalização aconteceu no município de Cerro Azul, a cerca de 80 quilômetros de Curitiba. Na ocasião, foram libertados 40 trabalhadores que prestavam serviços na Fazenda Pinhal Grande. Eles estavam no local há cerca de seis meses, atuando no corte de madeira (pinus). As vítimas foram contratadas por subempreiteiros em municípios próximos à fazenda. Ficou caracterizada a terceirização ilegal, comum na região. Na Fazenda Santo Antônio do Itarim, localizada em Bituruna, três trabalhadores alojados num curral e outros seis que viviam em barraca de lona foram libertados de trabalho análogo à escravidão. Eles trabalhavam na colheita de erva-mate. Já na Fazenda Tiberê, em Palmas (PR), a fiscalização do trabalho flagrou outras nove vítimas em regime de escravidão contemporânea.

Fonte: Repórter Brasil

Santa Maria tem menor taxa de evasão em curso para adultos

O Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (RS) apresenta a menor taxa de evasão do País nos cursos de educação profissional com educação básica na modalidade de jovens e adultos (Proeja). O feito é resultado da adoção de estratégias de permanência, como acompanhamento psicopedagógico individualizado, assistência estudantil, orientações pedagógicas aos professores e alunos e a discussão sobre os processos de avaliação. Para a coordenadora de políticas de educação profissional do MEC, Caetana Juracy Rezende Silva, o colégio deve ser referência para as outras escolas de rede federal por causa dessa boa política de permanência e êxito dos alunos.



A instituição tem duas turmas do curso técnico integrado em eletrônica, que somam 67 alunos. Na primeira turma, iniciada no ano passado, um aluno trancou o curso, um foi reprovado e somente quatro desistiram. Em 2009, a segunda turma teve apenas uma desistência. Uma das estratégias é entregar aos alunos, após cada conselho de classe, os pareceres sobre o desempenho escolar. Outra é dar aulas de reforço em todas as disciplinas. Além disso, há o serviço de assistência ao estudante, onde o aluno passa a ter acesso ao restaurante estudantil da Universidade Federal de Santa Maria por apenas R\$ 0,50. O estudante também recebe auxílio transporte, com o qual tem direito a passagens pela metade do preço.

Fonte: Ministério da Educação

Juros para pessoas físicas ficam próximo da mínima histórica

Desde dezembro de 2007 os juros pagos pelas pessoas físicas não eram tão baixo. Os bancos estão cobrando 44,1% em suas operações de crédito - queda de 0,8% com relação ao mês anterior, segundo o Banco Central. Segundo o BC, na média, todas as taxas de juros sofreram um recuo de julho para agosto. Para operações com recursos livres, a taxa média caiu de 36% ao ano para 35,4% - a mais baixa desde dezembro de 2007 (33,8% ao ano).

O aumento das operações de crédito, informa o Banco Central, é acompanhada de um ligeiro aumento da inadimplência, e a tendência é que essas operações só aumentem nos próximos

trimestres. A recuperação gradual do crédito e do nível de emprego deve-se, segundo o boletim Focus, "à resiliência da demanda doméstica", notadamente pelos altos níveis de circulação de capitais no mercado varejista.

O presidente Lula declarou, durante o Encontro de Chefes de Estado da América do Sul e da África realizado na Venezuela, que a economia brasileira tem potencial para crescer 5%. A última previsão de crescimento para o ano que vem era de 4,5%. No Encontro, os presidentes da Venezuela, Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Chile acertaram a criação do Banco do Sul, que terá um capital inicial de R\$ 20 bilhões, que fomentará projetos de investimento para a região.

Fonte: Revista Fórum

Universidade do Pará abrirá 1600 vagas na Amazônia

A região amazônica já pode contar com uma nova instituição pública de educação superior. Foi sancionado o projeto de lei que cria a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), com sede em Santarém (PA), a 1.384 quilômetros de Belém.

Esta é a 12ª nova universidade federal criada em nos últimos sete anos. Voltada para a integração amazônica, a instituição surge a partir de unidades das universidades federais do Pará (UFPA) e Rural da Amazônia (UFRA).

A Ufopa será a primeira universidade pública com sede no interior da Amazônia e oferecerá 1,6 mil vagas nos cursos de engenharia florestal, sistema de informação e direito e licenciatura em letras, pedagogia, física, matemática e biologia. A partir do próximo ano, serão abertos cursos em áreas do conhecimento relacionadas às vocações regionais. Os professores e técnico-administrativos da nova universidade serão selecionados ainda este ano. Devem ser contratados 146 professores e 166 técnicos no próximo ano. Até 2013, o quadro terá 500 professores e 333 técnicos.

Fonte: Ministério da Educação

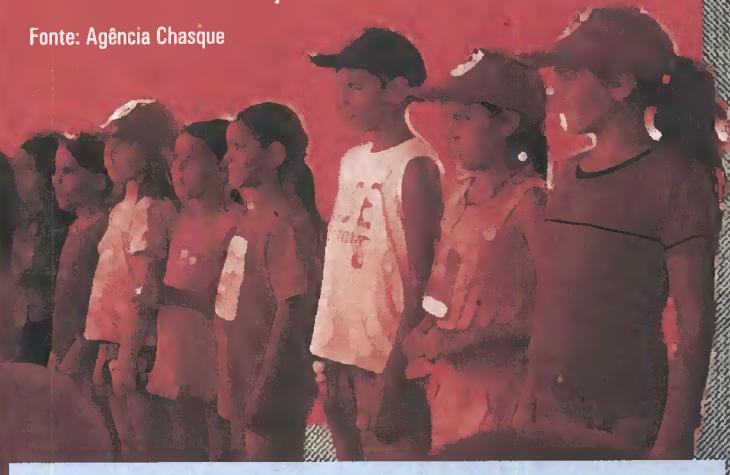


Sem terrinha têm aula pública em frente ao Palácio Piratini

Mais de 250 crianças do Movimento Sem Terra (MST) tiveram uma aula pública em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre. Entre os convidados para ministrar a aula estava a educadora Nita Freire, viúva do pedagogo Paulo Freire. Nita criticou os promotores públicos que defendem o fechamento das escolas em acampamentos sem terra com o argumento de que elas são ideológicas. Ela afirma ainda que a escola tem o dever de formar cidadãos.

A integrante do coletivo estadual de educação do MST, Elizabete Winczel, lembra que as escolas itinerantes foram instituídas há 12 anos e servem de modelo para outros estados. No início do ano, o governo do Estado e o Ministério Público Estadual assinaram o Termo de Ajustamento de Conduta que encerrou o convênio que mantinha as escolas em funcionamento. Desde então, diz Elizabete, as escolas estão funcionando com a ajuda de educadores voluntários.

Fonte: Agência Chasque

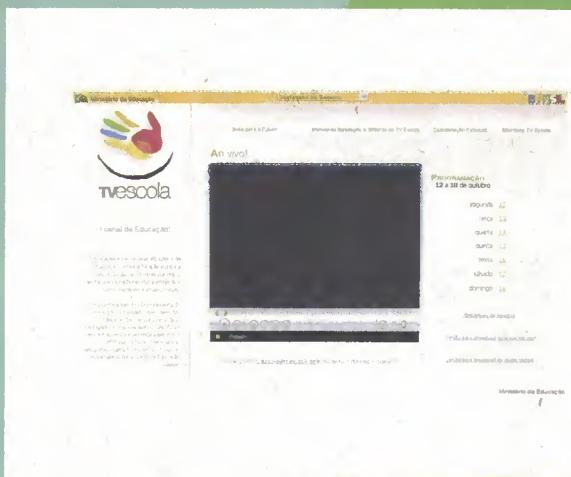


Petrobras confirma descoberta de gás no Peru

A Petrobras confirmou ter finalizado a perfuração do primeiro poço localizado na província de Cuzco, no Peru, onde detém 100% da concessão. Segundo a estatal, a profundidade final alcançada foi de 4 mil metros, mas ressaltou que as amostras obtidas estão em fase de análise "para que possa ser confirmada a comercialidade do bloco e calculada uma estimativa de volume de gás natural". De acordo com a empresa, a expectativa é de que a análise dos dados seja concluída nas próximas semanas, "quando então poderá ser avaliada a comercialidade da área". A empresa ressaltou ainda que o programa de exploração prevê a perfuração de um segundo poço ao longo do ano que vem.

Fonte: Agência Brasil

portal.mec.gov.br/tvescola



O canal do Ministério da Educação, TV Escola, está no ar 24 horas por dia. Funcionando desde 1996, o canal se propõe a capacitar, aperfeiçoar e atualizar educadores da rede pública. A intenção da TV Escola é proporcionar ao educador acesso ao canal e estimular a utilização de seus programas, contribuindo para a melhoria da educação construída nas escolas. Ele leva até a sala de aula os melhores documentários e séries nacionais e internacionais com conteúdo educativo. Para professores é uma ferramenta de formação continuada, pois, além dos vídeos, exibe comentários e dicas pedagógicas.

www.libertaddigital.tv

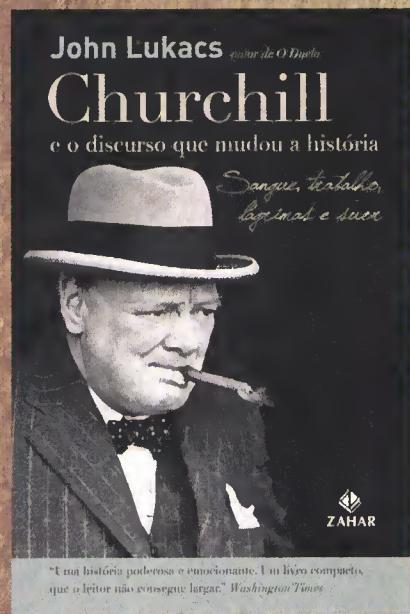


Primeira televisão digital terrestre que oferece informações atualizadas durante todo o dia. Nasceu como uma extensão audiovisual do jornal que se tornou, por mérito próprio, o fenômeno jornalístico mais marcante da era da Internet. No site, é possível consultar a programação, assistir os *videopodcasts* e também participar dos fóruns.

www.tvciecia.pt



A TV Ciência *online* é uma publicação periódica de informação sobre ciência e tecnologia acessível pela rede com um formato multimídia. O site tem como objetivo tornar inteligível informações sobre ciência, contribuindo para a difusão de novas mídias, trabalhos científicos e técnicos através da mobilização de educadores para o ensino e a investigação em torno de um meio de comunicação que busca estimular a produção de informação em um formato audiovisual digital.



Churchill e o discurso que mudou a história Sangue, trabalho, lágrimas e suor

John Lukacs
Jorge Zahar Editor

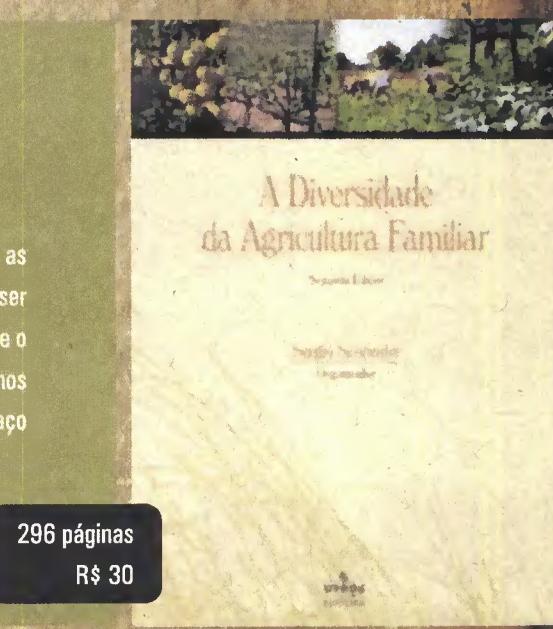
120 páginas
R\$ 27

O discurso inaugural de Churchill como primeiro-ministro, em maio de 1940, foi duro como os tempos que se anunciam. Apesar de não ter recebido aplausos da plateia, de forma corajosa e visionária já preparava os britânicos para o que estava por vir: cinco longos anos de guerra e sofrimento. Muito antes da maioria, Churchill reconheceu o poder de Hitler e o vigor das forças alemãs. Melhor do que ninguém, o estadista sabia o quanto era importante enfrentá-los – mais do que a defesa de um país, tratava-se da luta pela liberdade e pelos valores mais caros à civilização ocidental. O eminent historiador e magistral contador de histórias John Lukacs discute esse discurso extraordinário, que marcou o início de uma nova forma de ver a Segunda Guerra que se iniciava.

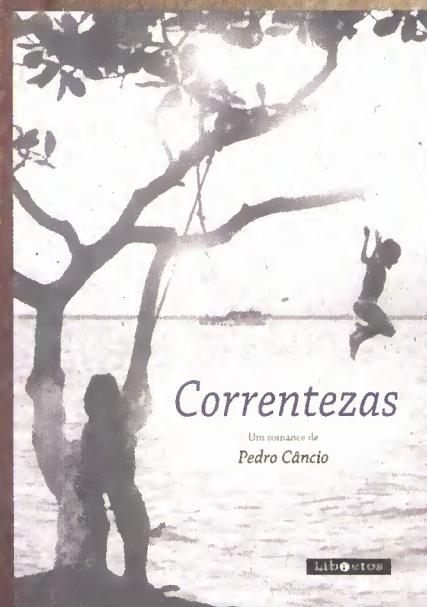
A Diversidade da Agricultura Familiar

Sergio Schneider
Ufrgs Editora

Os trabalhos que compõem esta obra possuem em comum a ideia de que as significativas diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar não devem ser encaradas como um obstáculo ao desenvolvimento. Ao contrário, demonstram que o desenvolvimento rural é tributário destas diferenças e dos diversificados mecanismos através dos quais os agricultores viabilizam suas condições de vida, criando espaço para garantir sua reprodução material, social, política e cultural.



296 páginas
R\$ 30



Correntezas

Pedro Câncio
Editora Libretos

144 páginas
R\$ 25

Romance de estreia de Pedro Câncio, narra a história de uma família que vive às margens dos Rios Ibicuí e Uruguai. O livro recria, com descrições de fauna e flora, uma atmosfera particular a esse pedaço da terra gaúcha, em que a vida e a correnteza andam sempre juntas. A narrativa, que exige reflexão, revela a linguagem específica de um núcleo familiar ribeirinho e traz à tona um gaúcho que não tem suas origens no campo, mas na fronteira com os países platinos. Um tipo índio, com idioma nativo, entre o português e o espanhol. O texto é repleto de simbologias e, nas diversas passagens da trajetória cotidiana dos quatro personagens, o autor traça paralelos sutis entre a Filosofia, a Mitologia e a Religião, que os leitores atentos poderão identificar.

Está aberta a Casa da Leitura

À "Casa Viva", como era chamada a construção em técnica de permacultura localizada no Espaço de Vivência e Referência do Assentamento Filhos de Sepé, faltava um coração. No dia 14 de novembro de 2009, em uma tarde festiva, povoada de crianças, brincadeiras, teatro, música e dança, chegou o tão esperado órgão, em forma de 650 livros, prateleiras, mesas e cadeiras. A "Casa Viva", com suas paredes de barro e telhado verde, virou "Casa da Leitura", que servirá a toda comunidade do assentamento do MST, instalado na estrada que liga Viamão a Porto Alegre há pouco mais de 10 anos e que agrupa 376 famílias.

textos e fotos **Maricélia Pinheiro**

A biblioteca – que inclui livros literários, não-literários, dicionários, atlas, encyclopédias e gibis – foi doada pelo Ministério da Cultura (Minc) como prêmio ao projeto de extensão "Contos no Assentamento Filhos de Sepé", coordenado pela professora aposentada do Instituto de Letras da Ufrgs, Graciela Reyna Quijano. "O material é de primeira linha, o Ministério da Cultura foi muito criterioso na escolha", elogia. Esse mesmo projeto foi tema de matéria na revista *Adverso* em 2008, quando completou 10 anos de existência. Trata-se de um trabalho itinerante, onde a professora e os alunos bolsistas percorrem todo o assentamento, de casa em casa, com uma mala de livros de literatura, em português e espanhol (Graciela é argentina), contando e incentivando as crianças a contarem histórias, inclusive as inventadas por elas próprias.

O trabalho se estendeu à Escola Nossa Senhora de Fátima, que atende à comunidade, as crianças e adolescentes tomaram gosto pela leitura, se interessaram em aprender espanhol, a dramatizar em português e espanhol. Hoje, o teatro faz parte da rotina da escola, inclusive com direito a inovações. Por exemplo, no dia da inauguração da Casa da Leitura, os alunos da Nossa Senhora de Fátima apresentaram a clássica Branca de Neve. Só que desta vez a protagonista foi representada por um homem vestido de mulher. E o príncipe? Ah, o príncipe era uma mulher vestida de homem. E esse pequeno toque inovador arrancou boas gargalhadas do público e a já mais do que batida história ganhou cara nova.

Além da peça de teatro, a festa de abertura do novo espaço cultural, contou com apresentação do coral da escola e com um belíssimo número musical protagonizado pelos alunos de flauta doce do Projeto Prelúdio, da Ufrgs. E ainda

com a boa música gaúcha e música latina, executadas pelo agricultor e tocador José Varlei de Andrade, mais conhecido como Virgulino, prata da casa, que nas horas vagas também faz poesias. "Essa troca do conhecimento acadêmico com o conhecimento popular é maravilhosa", disse Graciela em seu curto discurso na cerimônia de inauguração.

Recepção

E quando finalmente abriram-se as portas da casinha de barro com telhado verde, as crianças da Escola Nossa Senhora de Fátima esperavam os convidados em fila dos dois lados da rampa de acesso à "Casa da Leitura", com uma chuva de arroz. E foram os alunos da escola, conta Graciela, que fizeram questão de abrir as caixas de livros e arrumá-los nas prateleiras. E mais, eles se autodenominaram "padrinhos" da Casa. O que não deixa de ser plausível, defende a professora, uma vez que o novo "Ponto de Leitura" do Ministério da Cultura, é decorrência do projeto que envolveu todas essas crianças e adolescentes. "Assim, eles se sentem protagonistas e cada vez mais motivados a continuar", observa.



Não só a continuar, mas também a trazer os adultos para o mundo da leitura. Desde que o projeto itinerante começou a percorrer as mais de 300 casas do Assentamento, enfrentando ruas empoeiradas em dias secos e enlameadas em dias chuvosos, tendo como principal alvo as crianças, também os pais, tios, avós e demais adultos das famílias foram se chegando, querendo saber do que se tratava, achando bonito, interessante. E entre um mate e outro, uma conversa e outra, surgiram grupos de mulheres que se reúnem periodicamente no Espaço de Vivência e Referência do Assentamento para ler, contar histórias, fazer tricô, trocar receitas de culinária, enfim, para falar da vida, do presente e do futuro.

Apesar do sucesso, faltam bolsistas para tocar o projeto

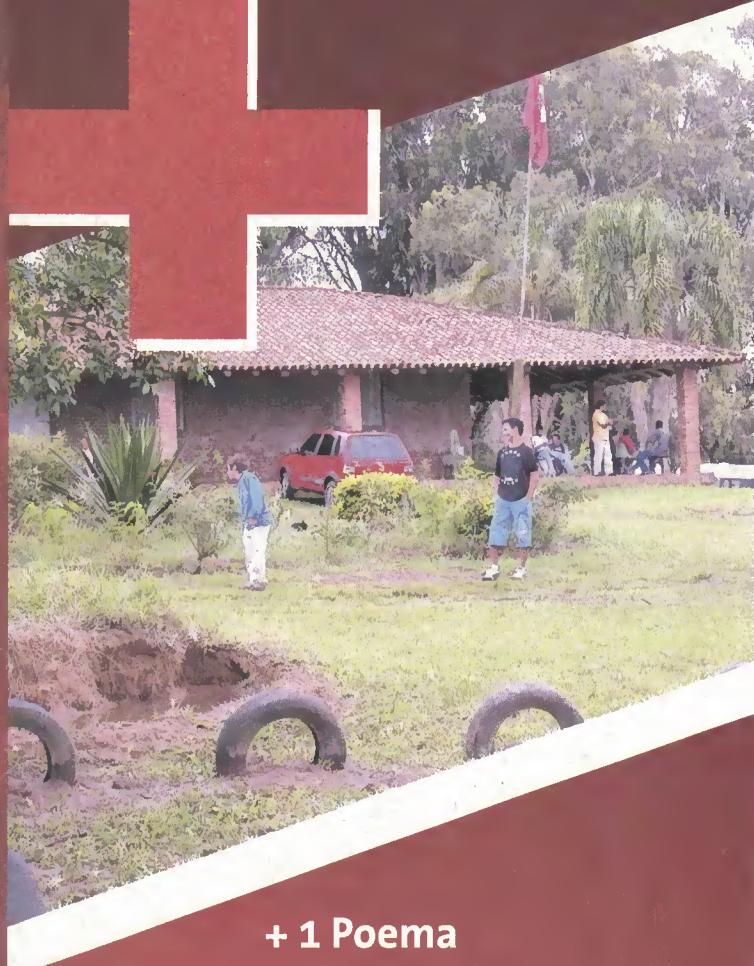
Sempre que fala sobre o projeto e seus desdobramentos positivos, Graciela usa a terceirã pessoa do plural, no máximo arrisca a primeira do plural. Para ela, os prêmios, os reconhecimentos, a mudança nos hábitos das crianças e adolescentes é fruto de um esforço deles. Ela só apontou o caminho, só deu um empurrão. Mas a coordenadora do Assentamento Filhos de Sepé, Roseli Canzarolli, discorda. "A Graciela tem uma capacidade impressionante de agregar as pessoas. Nós sempre tivemos biblioteca. Mas antes, o pessoal vinha aqui tirar xerox e nunca se interessava pelos livros. Depois que ela fez esse trabalho de casa em casa, o número de empréstimos de livros aumentou muito", conta. Para Roseli, não resta dúvida que o projeto coordenado por Graciela foi fundamental para o desenvolvimento cultural do Assentamento.

O que a professora aposentada gosta mesmo de contabilizar, com um prazer explícito nos olhos e na voz, é

o número de adolescentes do assentamento que tem dado seguimento aos estudos. Segundo ela, a grande maioria da nova geração – que era criança quando chegou ao local e cujos pais não puderam estudar devido ao duro trabalho no campo –, está "firme nos estudos". "Alguns já estão na universidade e tem uns que falam até em cursar Medicina", fala com aquele inconfundível orgulho de mãe e educadora.

Mas apesar do sucesso e das premiações, a cada ano fica mais difícil conseguir recursos humanos para tocar o projeto. Em 2009, diz Graciela, mesmo com uma premiação do Ministério da Cultura e outra da própria Ufrgs, a Universidade não disponibilizou nenhum bolsista para auxiliá-la nos trabalhos. Segundo o vice-pró-reitor de Extensão da Ufrgs, Ângelo Ronaldo Pereira da Silva, a partir de 2009, a escolha de bolsistas passou a ser feita de forma aleatória (uma espécie de sorteio), através do sistema operacional controlado pelo Centro de Processamento de Dados da Ufrgs. A decisão foi tomada em outubro do ano passado e tem como objetivo evitar que um ou outro projeto seja beneficiado ou prejudicado. Ângelo explicou que projetos que recebem recursos financeiros, por exemplo, o sistema automaticamente coloca nos últimos lugares da fila. A





+ 1 Poema

....Quem lê não pensa em maldade
 Ler inspira vaidade
 Esse é o perfil do leitor
 Se torna um homem vaidoso
 E fica muito amoroso
 Pra conquistar seu amor...
 ... Bote o saber na mente
 Porque ali fica pra sempre
 E nunca será esquecido"

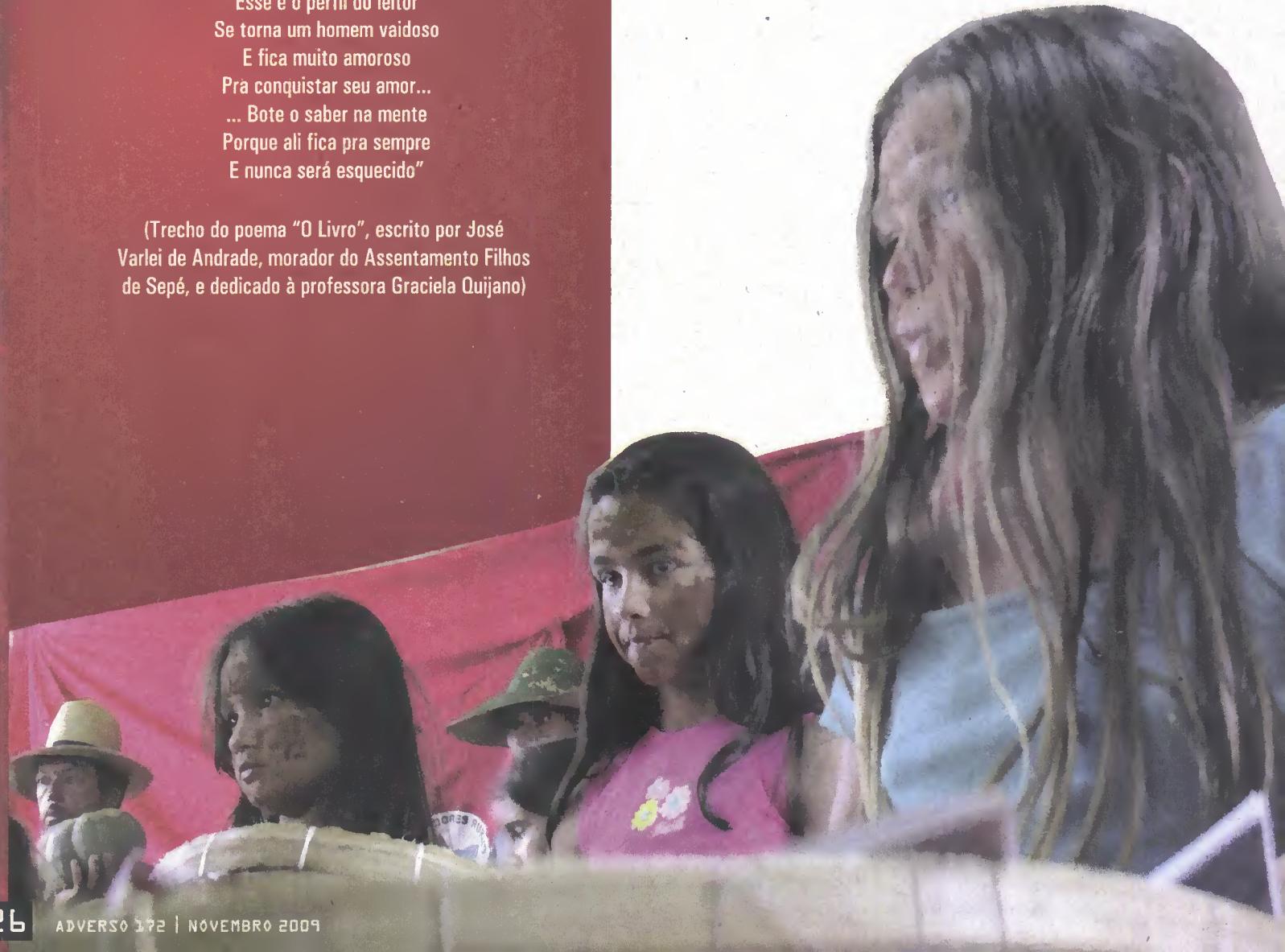
(Trecho do poema "O Livro", escrito por José Varlei de Andrade, morador do Assentamento Filhos de Sepé, e dedicado à professora Graciela Quijano)

+ 1 Informação

O Espaço de Vivência e Referência do Assentamento Filhos de Sepé conta com um Centro de Aperfeiçoamento, onde são ministrados cursos para trabalhadores do MST de todo o País; um espaço para atividades lúdicas, chamado de Ciranda Infantil; um Telecentro; uma biblioteca em construção (também em técnica de permacultura); a Casa da Leitura e um alojamento, que abriga os trabalhadores que vêm de fora. Segundo Roseli Canzarolli, no momento o Telecentro funciona parcialmente, uma vez que boa parte dos computadores está desativada. "Falta quem dê manutenção às máquinas, que já chegam aqui bem usadas". Assistência técnica nessa área, de forma voluntária, é muito bem vista, diz Rose.

+ 1 Apresentação

A "Mística" é uma representação teatral que abre todos os eventos no Assentamento Filhos de Sepé. Encenada por adultos e crianças da comunidade, a peça retrata a realidade vivida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), tendo como variante, a cada apresentação, o tema do momento. No dia da inauguração da Casa da Leitura, as crianças levavam em suas peneiras livros e revistas.



1989

Há 20 anos a barreira física, construída pela República Democrática Alemã (RDA) durante a Guerra Fria, que circundava toda a Berlim Ocidental, separando-a da Alemanha Oriental, foi derrubada. O muro simbolizava a divisão do mundo em dois blocos: um constituído pelos países capitalistas e o outro constituído pelos países socialistas simpatizantes do regime soviético. Um mal-entendido entre o governo da RDA foi o impulso decisivo para a queda do muro. Na tarde do dia 9 de Novembro houve uma conferência de imprensa, transmitida ao vivo na televisão alemã-oriental. Günter Schabowski anunciou uma decisão do conselho dos ministros de abolir prontamente as restrições de viagens ao



Oeste. Pouco depois deste anúncio houve notícias sobre a abertura do Muro na rádio e televisão ocidental. Milhares de pessoas marcharam aos postos fronteiriços e pediram a abertura da fronteira. Nem as unidades militares, nem as unidades de controle de passaportes haviam sido instruídas então, por ação da força da multidão, e porque os guardas da fronteira não sabiam o que fazer, a fronteira se abriu. Muitas pessoas viram a abertura na televisão e pouco depois marcharam até ela. Como muitos já dormiam quando a fronteira se abriu, na manhã seguinte havia grandes multidões de pessoas querendo passar por ela. Para muitos esse momento é considerado o fim da Guerra Fria.



